

Patrimônio Industrial, ressonância do passado e suas contingências na forma urbana de Anápolis.

Patrimonio industrial, ressonância del pasado y sus contingencias em la forma urbana de Anápolis.

E6_06 – El Patrimonio cultural urbano: Construcciones desde la historiografia

Lucas Gabriel Corrêa Vargas

Universidade Estadual de Goiás, Brasil
lucascvargas@ueg.br

Wilton de Araujo Medeiros

Universidade Estadual de Goiás, Brasil
wilton@ueg.br

Resumo: O artigo analisa o patrimônio industrial de Anápolis (GO) a partir de uma leitura morfogenética da forma urbana, compreendida como palimpsesto no qual se sobrepõem materialidades, discursos e temporalidades. O patrimônio industrial é concebido não como conjunto de objetos isolados, mas como processo social e simbólico inscrito na paisagem urbana, destacando-se as Vilas operárias e a Estação Ferroviária como expressões centrais desse fenômeno. O objetivo do estudo é compreender como as narrativas do progresso, os horizontes de expectativa e as contingências históricas moldaram presenças e ausências de ressonância patrimonial na cidade. Metodologicamente, a pesquisa articula análise teórica, fundamentada nos conceitos de ressonância patrimonial de Gonçalves e de tempo histórico de Koselleck, à leitura crítica de recortes jornalísticos e da morfologia urbana. Os resultados indicam que as vilas destinadas à moradia de trabalhadores materializam valores associados à ordem, à modernização e à reprodução da vida urbano-industrial, configurando-se como suportes cotidianos do patrimônio industrial. Evidencia-se, ainda, que a Estação Ferroviária de Anápolis apresenta trajetória marcada por centralidade, decadência e posterior patrimonialização, revelando oscilações de significado coletivo. Demonstra-se, portanto que a ressonância patrimonial não é atributo intrínseco das formas urbanas, mas resulta de processos de significação social mediados por narrativas, práticas e memórias compartilhadas, que também

produzem apagamentos e esquecimentos. Considera-se que o patrimônio industrial anapolino manifesta-se de modo difuso na morfologia urbana e depende do reconhecimento social para reativar suas ressonâncias no presente, contribuindo para uma compreensão mais crítica e contingente das relações entre progresso, memória e equidade urbana.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; Ressonância patrimonial; Forma urbana; Anápolis.

Resumen: El artículo analiza el patrimonio industrial de Anápolis (GO) a partir de una lectura morfogenética de la forma urbana, entendida como un palimpsesto en el que se superponen materialidades, discursos y temporalidades históricas. El patrimonio industrial es concebido no como un conjunto de objetos aislados, sino como un proceso social y simbólico inscrito en el paisaje urbano, destacándose las villas obreras y la Estación Ferroviaria como expresiones fundamentales. El objetivo del estudio es comprender cómo las narrativas del progreso, los horizontes de expectativa y las contingencias históricas moldearon presencias y ausencias de resonancia patrimonial en la ciudad. Metodológicamente, la investigación articula análisis teórico, basado en los conceptos de resonancia patrimonial de Gonçalves y de tiempo histórico de Koselleck, con la lectura crítica de fuentes periodísticas y de la morfología urbana. Los resultados muestran que las villas destinadas a la vivienda de trabajadores materializan valores asociados al orden, a la modernización y a la reproducción de la vida urbano-industrial, constituyéndose como soportes cotidianos del patrimonio industrial. Asimismo, se evidencia que la Estación Ferroviaria de Anápolis presenta una trayectoria marcada por centralidad, decadencia y posterior patrimonialización, revelando oscilaciones en su significado colectivo. Demuestra se que la resonancia patrimonial no es un atributo intrínseco de las formas urbanas, sino el resultado de procesos de significación social mediados por narrativas, prácticas y memorias compartidas, que también producen silencios y olvidos. Considera se señalan que el patrimonio industrial de Anápolis se manifiesta de forma difusa en la morfología urbana y depende del reconocimiento social para reactivar sus resonancias en el presente, contribuyendo a una comprensión crítica de las relaciones entre progreso, memoria y equidad urbana.

Palabras clave: Patrimonio industrial; Resonancia patrimonial; Forma urbana; Anápolis.

Introdução

O patrimônio industrial configura-se como uma camada fundamental na paisagem urbana das cidades que vivenciaram processos de industrialização, atuando como um “futuro passado” que se inscreve de forma dinâmica e estratificada no tecido da cidade. Em Anápolis (GO), esse patrimônio não se reduz a estruturas isoladas, como a icônica Estação Ferroviária inaugurada em 1935, mas se estende a um conjunto mais amplo e complexo, no qual se destacam as vilas operárias, os traçados urbanos em grelha e as próprias representações sociais do progresso que moldaram a identidade local. (Vargas, 2015) Compreender essa herança exige, portanto, uma abordagem que transcenda a mera catalogação de objetos e edifícios, situando-a como parte integrante de um palimpsesto urbano – onde camadas históricas sobrepostas revelam dinâmicas sociais, econômicas e culturais contingentes.

Neste contexto, o presente trabalho parte do pressuposto de que as “Vilas”, destinadas à moradia de trabalhadores urbanos – tanto do comércio quanto da indústria –, constituem uma das mais significativas ressonâncias do patrimônio industrial na forma urbana de Anápolis. Conforme argumentado em “Progresso e Paisagem: Uma Análise Epistemológica do Patrimônio Industrial em Anápolis (GO)”, a ausência de ressonância de um objeto patrimonial corresponde à distância de seu limiar ontológico, o que exige uma análise morfogenética capaz de recuperar as contingências históricas que lhe conferem significado.

A valorização desse patrimônio, assim, depende de uma leitura expansiva e contextualizada, que evite abstrações e incorpore a materialidade das formas urbanas e as temporalidades que as constituem. A partir dessa triangulação, busca-se elaborar uma análise integrada que explore como as ressonâncias do passado industrial se manifestam na forma urbana de Anápolis, particularmente por meio das vilas de trabalhadores e dos traçados em grelha, e como essas manifestações desafiam narrativas hegemônicas do progresso. Inspirada na perspectiva de Koselleck (2006) sobre o tempo histórico, a investigação reconhece que a modernidade e a industrialização operaram cisões profundas na temporalidade, refletindo-se nas tecnologias, ideologias, leis e costumes – todos materializados no espaço urbano.

Desse modo, propõe-se uma reflexão epistemológica e morfológica que, ao desvendar as camadas do palimpsesto anapolino, contribua para uma compreensão mais contingente e menos abstrata do patrimônio industrial, valorizando-o não como mero vestígio, mas como documento vivo das tensões entre progresso, memória e equidade.

Ressonância patrimonial, discurso do progresso e forma urbana: uma leitura do recorte jornalístico à luz de Gonçalves (2007)

A matéria jornalística (figura 1) “Vila N. S. da Conceição (ex-Vila Góis)” constitui uma fonte primária particularmente fecunda para a leitura morfogenética da cidade de Anápolis, na medida em que explicita, em linguagem celebratória, um momento de consolidação urbana diretamente associado à modernização, à valorização fundiária e à formação de um espaço destinado à moradia de trabalhadores urbanos. Quando analisada à luz das noções de ressonância patrimonial, contingência histórica e palimpsesto urbano —, a matéria revela-se menos um simples registro laudatório e mais um testemunho das dinâmicas que estruturaram o patrimônio industrial anapolino.



Figura 1: Anúncio Vila Nossa Senhora da Conceição. Fonte: A cinquentenária, 1957. p. 18.

Portanto, nesse recorte jornalístico sobre a Vila Nossa Senhora da Conceição (ex-Vila Góis) temos um documento a partir do qual podemos compreender como a cidade de Anápolis foi simbolicamente produzida, no discurso público, como expressão de progresso e prosperidade. Mais do que uma simples descrição urbana, o texto jornalístico opera como um artefato de mediação simbólica, articulando expectativas de futuro, valores modernizadores e uma determinada leitura da forma urbana. Quando analisado a partir do conceito de ressonância patrimonial, conforme elaborado por Gonçalves (2007), esse material revela-se fundamental para compreender como determinadas materialidades e morfologias urbanas passam a adquirir — ou a perder — sentido patrimonial.

Gonçalves (2007) propõe que o patrimônio não pode ser compreendido apenas como um conjunto de objetos ou edificações dotadas de valor intrínseco, mas como o resultado de processos sociais de significação. A noção de *ressonância* refere-se precisamente à capacidade de um bem, lugar ou forma urbana de evocar forças culturais, experiências históricas e sentidos compartilhados, ultrapassando sua existência material imediata. Um objeto patrimonial ressoa quando é capaz de conectar sujeitos contemporâneos às condições históricas, sociais e simbólicas que lhe deram origem, funcionando como mediador entre temporalidades distintas.

Em primeiro lugar, o próprio uso do termo “Vila” é central. “As vilas operárias surgem no contexto da industrialização com o intuito de prover aos operários uma moradia adequada próxima ao local de trabalho, articulando relações entre habitação, conforto, individualidade e segurança, e, com o tempo, influenciam também o tecido urbano das cidades.” (Silva, 2011)

No Brasil, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente a prática de construção de moradias pelas empresas para seus operários em cidades ou no campo, uma vez que a emergência da industrialização e a necessidade de imobilizar a força de trabalho para o processo fabril impunham soluções habitacionais específicas. Estas moradias, reunidas sob a designação de ‘vilas operárias’ ou núcleos fabris, constituíam não apenas conjuntos residenciais funcionalmente vinculados às unidades produtivas, mas também expressões materiais de relações sociais e econômicas entre capital e trabalho dentro e fora da fábrica. (Correia, 2006, p.11)

A condição é reforçada quase destaca-se a rápida transformação da Vila N. S. da Conceição: de área com “aspecto de garimpo” e ocupação esparsa para um bairro ordenado, com loteamentos, casas alinhadas, comércio, equipamentos religiosos, educacionais e assistenciais. Tal descrição evidencia a passagem de uma temporalidade ordinária para uma temporalidade moderna, no sentido koselleckiano, marcada pela aceleração histórica e pela expectativa de progresso.

Nesse sentido, a revista desempenha um papel ativo na construção dessa ressonância. Ao caracterizar a Vila N. S. da Conceição como “afirmação do progresso e da prosperidade”, o texto não apenas registra uma transformação urbana, mas a enquadra narrativamente como sinal inequívoco de modernização. A antiga paisagem associada ao “garimpo”, à desordem e à precariedade é contraposta à nova vila planejada, dotada de loteamentos, comércio, equipamentos religiosos, educacionais e assistenciais. Essa oposição cria uma cisão temporal clara entre um passado a ser superado e um futuro desejável, operando aquilo que Reinhart Koselleck (2006) define como a ampliação do horizonte de expectativas — processo central da modernidade.

A matéria insiste reiteradamente na ideia de valorização da terra, apontando que a chegada de moradores e a abertura de loteamentos “trouxe imediata valorização”. Esse aspecto dialoga diretamente com a noção de patrimônio industrial como algo não abstrato, inscrito em práticas econômicas concretas e na materialidade urbana. A valorização fundiária não é apresentada como um efeito colateral, mas como um índice de sucesso do empreendimento urbano, revelando como a forma urbana se articula às contingências do capital, do trabalho e da infraestrutura — elementos centrais da industrialização periférica brasileira.

É justamente nesse ponto intrínseco que reside não apenas a valorização econômica, e a reificação das formas, mas onde o conceito de ressonância se torna analiticamente produtivo. A forma urbana descrita na revista — ruas alinhadas, casas regulares, serviços e instituições — passa a ressoar como materialização concreta de valores abstratos, como ordem, progresso, estabilidade e prosperidade. A vila não é apresentada apenas como espaço de moradia, mas como símbolo de uma nova condição urbana e social. Assim, sua materialidade passa a condensar sentidos que extrapolam a escala local, conectando Anápolis às narrativas mais amplas da modernização e da industrialização no Brasil.

Outro ponto relevante é a ênfase na infraestrutura social e assistencial: hospital, orfanato, escolas, farmácia, casas comerciais e centros espirituais. Esses equipamentos não apenas qualificam a vila como espaço urbano funcional, mas também reforçam sua condição de suporte à reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, a vila pode ser compreendida como uma ressonância concreta do patrimônio industrial, ainda que não se trate diretamente de fábricas ou galpões produtivos. A

ressonância emerge justamente da articulação entre moradia, trabalho, assistência e disciplina social — elementos que estruturam o cotidiano urbano-industrial.

Entretanto, essa mesma operação simbólica que produz ressonância de uma determinada materialidade, também gera apagamentos. A celebração do novo, no discurso jornalístico desloca para a marginalidade simbólica as formas urbanas e práticas sociais anteriores, associadas ao imprevisto, à informalidade e até mesmo podemos dizer às origens rurais. Do ponto de vista de Gonçalves (2007), esse movimento contribui para a perda de ressonância de certos objetos e espaços que foram apagados, empurrando-os para além de seu limiar ontológico enquanto patrimônio.

E nesse sentido que a ressonância delineia um determinado limiar ontológico, e não outro. Aquilo que não se ajusta à narrativa do progresso deixa de evocar positivamente as forças culturais do passado e, portanto, torna-se menos passível de reconhecimento patrimonial. No caso de Anápolis, como já discutido pelos autores em “*Patrimônio e forma urbana: uma análise prévia sobre Patrimônio Industrial em Anápolis/GO*” (2025), o patrimônio industrial não se manifesta apenas em edifícios fabris isolados, mas na própria morfogênese urbana, especialmente nas vilas destinadas à moradia de trabalhadores.

Durante a década de 1940 e 1950 cerca de 20 loteamentos foram lançados em Anápolis, tendo alguns a denominação de Vila (figura 2). A maior parte deles ocupava pequenas áreas urbanas que ocupam os espaços vazios deixados entre grandes loteamentos (figuras 3 a 5).



Figura 2: Levantamento Cadastral de Anápolis, em 1950. Fonte: Guia Prático de Anápolis, 1955.
Para melhor visualização no mapa não estão destacadas todas as Vilas, apenas algumas.



Figuras 3 a 5: Anúncio da Vila Jayara e Projetos Urbanos da Vila Tocantins e Vila Santa Helena. Fonte: Jornal O Anápolis e Mapoteca da Prefeitura Municipal de Anápolis.

As vilas constituem-se como suporte espacial da reprodução da vida urbana-industrial: moradia, comércio, assistência social e equipamentos coletivos articulam-se para sustentar uma população trabalhadora em expansão. Nas vilas acima representadas, percebe-se que os projetos urbanos se adequam a disponibilidade dos espaços. A Vila Jayara, loteada ao final da década de 1950, foi edificada com o conjunto fabril da Companhia de Tecelagem local e distava a 5km do centro da cidade, como pode ser vista na figura 2. Esta Vila operária contava com um projeto padrão de habitação (figura 6).

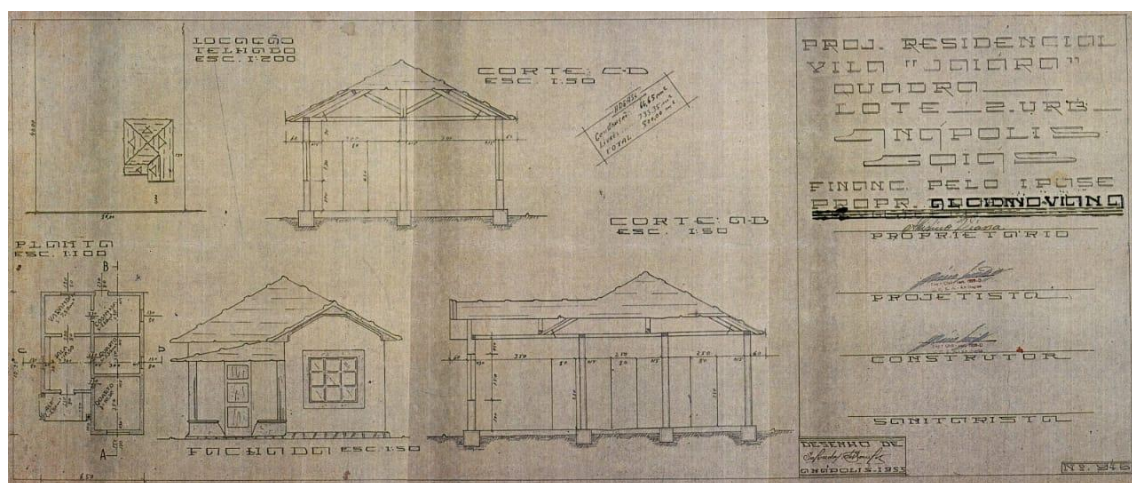


Figura 6: Projeto Arquitetônico para a Vila Jayara. Fonte: MHA (2025)

A retórica do progresso presente no texto — “afirmação do progresso e da prosperidade”, “bairro do futuro”, “orgulho para a comunidade” — também é reveladora das ideologias modernizadoras que acompanharam a expansão urbana de Anápolis. Essa narrativa não apenas descreve a cidade, mas a projeta no futuro, operando aquilo que Koselleck define como a ampliação do horizonte de expectativas. A vila deixa de ser apenas um lugar e passa a ser um símbolo de modernidade, o que contribui para a naturalização de determinadas formas urbanas e para o apagamento de camadas anteriores do palimpsesto urbano.

O discurso para a venda dos loteamentos evocava as qualidades do local, como no caso da Vila Jayara, apresentada como o Bairro Sanatório, por localizar-se em uma cota mais alta da cidade e ser conhecida como uma região com bons ventos e vegetação natural.

Comparando o desenho urbano da Vila Tocantins e a Vila Santa Helena (figuras 4 e 5), com a Vila Jayara, percebe-se como elas foram inseridas entre bairros existentes, o que resultou em uma conformação urbana diferenciada. Essa articulação confere à forma urbana uma densidade histórica que, embora nem sempre reconhecida institucionalmente, é portadora de forte potencial de ressonância patrimonial. O mesmo ocorre com outras Vilas, como o caso da Vila Jussara e da Vila Matias (figuras 7 e 8). Projetos que também se ‘encaixam’ na malha urbana, complementando os vazios entre bairros já loteados.

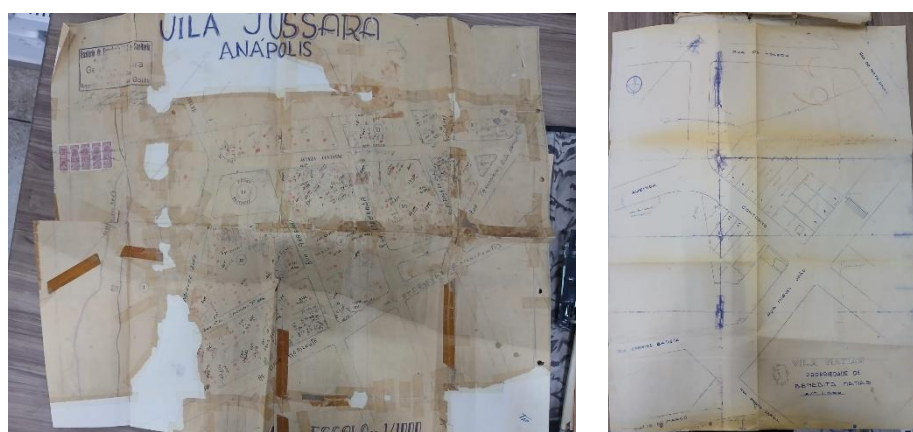


Figura 7 e 8: Projeto Urbanos da Vila Jussara e da Vila Matias. Fonte: Mapoteca Anápolis (2025)

A maior parte desses projetos de loteamentos não teve divulgações em jornais e revistas, havendo destaque para os bairros e vilas de maiores dimensões, construídos por sociedades imobiliárias. As vilas de menor porte, em sua maioria, tiveram projetos elaborados por engenheiros, por encomenda dos proprietários dos terrenos. Observa-se que nesse sentido, os recortes também permitem problematizar a ausência de ressonância mencionada nos resumos acadêmicos. Ao celebrar o novo e o ordenado, o texto silencia práticas, sujeitos e materialidades anteriores, empurrando-os para além do limiar ontológico do patrimônio.

Por exemplo, no caso da antiga Vila Góis, associada ao “garimpo” e à informalidade, é apresentada como algo a ser superado, e não preservado. Essa operação simbólica ajuda a explicar por que certos objetos, edifícios e formas urbanas ligadas à gênese industrial e trabalhadora da cidade permanecem hoje desprovidos de reconhecimento patrimonial, ao passo que a sua valorização enquanto patrimônio seria justamente a ressonância essencialmente necessária para a patrimonialização. Também aqui discute-se o vazio do discurso sobre as outras vilas.

Assim, incorporar analiticamente o discurso dos jornais e revistas ao conceito de ressonância implica compreender que a valorização simbólica da vila, no momento de sua consolidação, é parte constitutiva de seu sentido patrimonial. A ressonância não emerge apenas no presente, a partir de políticas de preservação, mas é construída historicamente por narrativas que atribuem significado à forma urbana. As publicações, nesse contexto, atuam como um dispositivo de produção de sentido, ajudando a fixar determinadas leituras da cidade e a orientar os modos como seus espaços serão lembrados, valorizados ou esquecidos.

Dessa forma, o recorte textual permite compreender o patrimônio industrial de Anápolis como não abstrato, inscrito em práticas discursivas, expectativas sociais e materialidades urbanas concretas. A vila, enquanto forma urbana, torna-se um elemento do palimpsesto da cidade, portador de ressonâncias que conectam industrialização, trabalho, modernidade e cotidiano. Retomar esse discurso hoje, sob uma chave crítica, é um passo fundamental para reativar tais ressonâncias e recolocar essas formas urbanas no debate patrimonial contemporâneo, em consonância com a perspectiva teórica de Gonçalves (2007).

Por fim, a matéria confirma a pertinência da análise morfogenética proposta no trabalho acadêmico. O jornal não apenas descreve uma vila, mas registra um momento de inflexão urbana, no qual se entrelaçam industrialização, políticas urbanas implícitas, valorização imobiliária, assistência social e produção de sentidos sobre o espaço. Assim, o recorte funciona como um vestígio do palimpsesto urbano de Anápolis, permitindo compreender como as contingências históricas moldaram a forma urbana e como o patrimônio industrial se manifesta, muitas vezes, de maneira difusa, cotidiana e socialmente enraizada — ainda que nem sempre reconhecida como tal.

Interessante observar, que apesar do nome oficial de Nossa Senhora da Conceição, o local ainda hoje é conhecido como Vila Goís, demonstrando, dessa forma a força de toponímia no imaginário da população.

Conector para a discussão sobre a Estação Ferroviária de Anápolis

A reflexão sobre a construção discursiva do progresso e da prosperidade em recortes como o da Vila N. S. da Conceição abre caminho para identificar formas de memória e esquecimento inscritas na paisagem urbana de Anápolis. Tal como a vila foi celebrada em sua época por encarnar os ideais de modernização, outros lugares — especialmente aqueles associados aos vetores materiais da industrialização e mobilidade — também passaram por trajetórias complexas de valorização e desvalorização simbólica ao longo do tempo.

Sendo que no caso da Estação Ferroviária de Anápolis, inaugurada em 1935 como símbolo da integração da cidade à malha ferroviária e ao desenvolvimento econômico regional, agregando o patrimônio como monumento, temos contundente ilustração dessas dinâmicas de oscilação patrimonial, onde ocorre presença e ausência de significado coletivo: de polo de circulação, centralidade urbana e símbolo de modernização a um edifício progressivamente marginalizado, marcado pela decadência da ferrovia e pela perda de centralidade no cotidiano urbano, antes de ser redimensionado como objeto de memória e patrimônio histórico. Essa trajetória evidencia como a perda de ressonância pode estar correlacionada ao que sociabilidades coletivas esquecem — um fenômeno que se materializa tanto na forma física do lugar quanto nas narrativas que narram e silenciam suas histórias.

Discussão teórica entre ressonância, horizontes de expectativas (Koselleck), esquecimento e patrimônio industrial

Essa análise da Estação Ferroviária de Anápolis (figura 9), enquanto lugar em que memoriais e esquecimentos coexistem, pauta a necessidade de articular de maneira mais densa os conceitos de ressonância patrimonial, horizontes de expectativa e esquecimento. Conforme argumenta Gonçalves (2007), a ressonância não é uma propriedade estática dos objetos ou lugares, mas o resultado de processos sociais de significação que vinculam materialidade, memória compartilhada e repertórios culturais. Nessa perspectiva, o que Koselleck (2006) denomina horizontes de expectativa — conjunto de futuros possíveis que uma sociedade projeta a partir de seu passado e presente — influencia diretamente o que é lembrado, valorizado ou esquecido no tecido urbano e social.

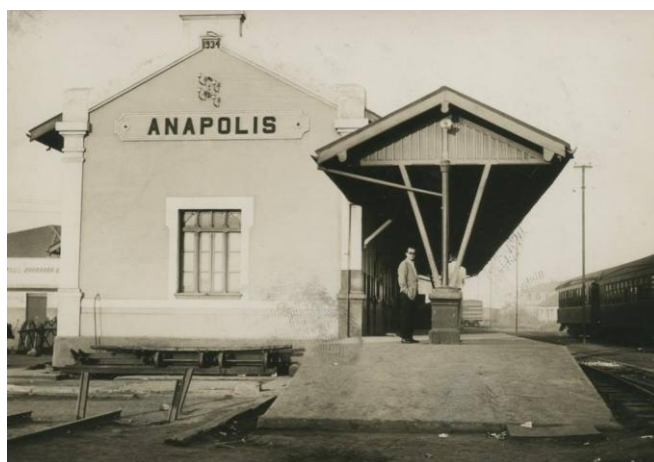


Figura 9: Estação Ferroviária de Anápolis, Fonte: MHA (2025)

A ressonância, portanto, não pode ser compreendida sem reconhecer que esquecer faz parte das dinâmicas temporais de modernidade, moldando quais nomes e lugares se mantêm vivos nos repertórios coletivos e quais são marginalizados ou desvalorizados. Essa articulação teórica torna possível compreender o patrimônio industrial não apenas como um conjunto de edifícios preservados, mas como um campo dinâmico em que significados emergem, são negados, reconfigurados ou resgatados, de acordo com os deslocamentos dos horizontes de expectativa e com as narrativas socioculturais que narram o passado e projetam futuros para a cidade.

Gonçalves (2007) problematiza a ideia de patrimônio cultural propondo que um bem não se torna efetivamente patrimônio apenas por ser nomeado ou legalmente protegido — ele precisa ter ressonância social e simbólica junto aos sujeitos que o vivenciam. Ou seja, a ressonância não decorre de uma propriedade objetiva, ou de qualidade intrínseca de um objeto, edifício ou espaço, mas da forma como ele evoca forças culturais e simbólicas amplas em diferentes públicos. O autor recupera a definição de Stephen Greenblatt, para o qual o patrimônio que “ressoa” é aquele que possui a capacidade de ultrapassar suas fronteiras formais e evocar no espectador as forças culturais dinâmicas das quais emergiu”, tornando-se uma metáfora ou sinédoque dessas forças.

Tais forças culturais dependem da dimensão social e afetiva, ou seja, depende de repertórios culturais e relacionamentos sociais, construídos por meio de práticas sociais, memórias coletivas e reconhecimentos cotidianos. Assim sendo, o patrimônio desloca-se da lógica meramente conservacionista para a lógica de significação social. Traduzido para o campo do patrimônio

industrial, esse conceito ultrapassa a simples preservação física de maquinários, galpões ou infraestrutura: ele aponta para o reconhecimento, apropriação e significação social desses elementos no cotidiano das comunidades urbanas. A partir disso, destacamos três pontos:

Ou seja:

- É indispensável vínculo com comunidades locais: um conjunto industrial ou bairro operário torna-se efetivamente patrimônio quando moradores e usuários o percebem como parte de sua identidade e história urbana.]
- A Forma urbana é um suporte de ressonâncias: a configuração espacial, os usos sociais e a memória material/afetiva dos lugares podem agir como vetores de ressonância patrimonial.
- Isso corresponde diretamente à leitura morfogenética da cidade, conforme discutido, porque a forma urbana incorpora efeitos materiais e simbólicos de relações sociais e temporais.

O caso da Vila Gois pode ser generalizado para uma análise morfológica mais abrangente sobre Anápolis. E com isso, compreender como as estruturas industriais e seus entornos urbanos repercutem na paisagem contemporânea da cidade. A partir disso, podemos dizer que a morfologia urbana de Anápolis é resultado de contingências históricas relacionadas à industrialização. E com isso, não apenas moldou o espaço físico da cidade como um objeto inerte, mas também produziu práticas sociais, fluxos de moradores, redes de trabalho e memórias corporais ligadas aos lugares — todas estas dimensões certamente estão na base da ressonância patrimonial.

Ou seja, ao lermos a cidade morfogeneticamente, identificamos que os elementos industriais não são meramente vestígios arquitetônicos isolados, mas constituem-se como nodos de significado e mediação socioespacial. Por outro lado, isso implicaria em um trabalho de educação patrimonial, pois tais lugares só adquirem sentido patrimonial quando as comunidades locais os reconhecem como relevantes para sua própria história e experiência cotidiana, fazendo-se necessária uma integração entre *Ressonância e Morfogênese Urbana*.

A integração teórica entre ressonância e morfogênese urbana permite uma abordagem mais consistente do patrimônio industrial, pois sendo a forma urbana um palimpsesto, ela subjaz camadas históricas múltiplas compostas por industrialização, comércio, migração, expansão urbana e políticas habitacionais, etc. Cada camada criando campos de ressonância distintos, algumas identificadas como patrimoniais ainda vivas na memória coletiva, outras quase soterradas ou apenas reconhecidas academicamente.

Essa integração é importante e pertinente, porque o reconhecimento patrimonial é contingente, ele só adquire força quando seus vestígios são inseridos em narrativas vivas, reconhecidas e praticadas nas diversificadas temporalidades sociais. Isso converte o “objeto patrimonial” em um catalisador de experiências e identidades.

Em síntese, o conceito de ressonância, tal como proposto por Gonçalves (2007), e sua análise integrada é perfeitamente aplicável ao estudo de patrimônio industrial em Anápolis porque:

1. Reforçar que patrimônio não é apenas coisa ou objeto, mas relação social e simbólica entre comunidade e vestígios históricos;

2. Articular forma urbana e patrimônio como expressões dialógicas entre materialidades, temporalidades e sentidos;
3. Permitir que a análise vá além da materialidade física — incluindo memórias, práticas, narrativas e usos associados ao território;
4. Fortalecer a perspectiva morfogenética, entendendo que a cidade não é apenas estrutura, mas também repertório de ressonâncias acumuladas no tempo.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que o patrimônio industrial de Anápolis não pode ser compreendido a partir de uma lógica restrita à preservação de objetos isolados ou edificações excepcionais. Ao contrário, ele se manifesta de maneira difusa e estrutural na forma urbana, especialmente por meio das vilas destinadas à moradia de trabalhadores e dos sistemas de mobilidade e infraestrutura associados à industrialização, como a Estação Ferroviária. Esses elementos constituem camadas do palimpsesto urbano, nas quais se entrelaçam materialidades, práticas sociais, discursos de progresso e temporalidades históricas distintas.

A articulação entre o conceito de ressonância patrimonial, conforme proposto por Gonçalves (2007), e a noção de horizontes de expectativa, de Koselleck, mostrou-se fundamental para compreender por que determinadas formas urbanas adquirem reconhecimento patrimonial enquanto outras permanecem marginalizadas ou esquecidas. A ressonância revelou-se um processo relacional e contingente, dependente de narrativas, usos sociais e vínculos afetivos, e não uma qualidade intrínseca dos objetos ou lugares. Nesse sentido, o discurso jornalístico analisado evidencia como a valorização simbólica de determinadas morfologias urbanas esteve historicamente associada à ideologia modernizadora, produzindo simultaneamente processos de legitimação e apagamento.

A trajetória da Estação Ferroviária de Anápolis exemplifica de forma contundente essas oscilações de sentido, ao transitar de símbolo de progresso e centralidade urbana para espaço de decadência e, posteriormente, objeto de memória e patrimonialização. Tal percurso evidencia que o esquecimento é parte constitutiva das dinâmicas patrimoniais e que a perda de ressonância está diretamente relacionada às transformações nas sociabilidades, nos fluxos urbanos e nos horizontes de expectativa coletivos.

Por fim, conclui-se que uma abordagem morfogenética integrada à noção de ressonância permite ampliar o debate sobre patrimônio industrial, deslocando-o de uma perspectiva abstrata para uma leitura enraizada nas práticas cotidianas e na experiência urbana. Reconhecer essas formas como patrimônio implica não apenas preservá-las materialmente, mas reativar suas ressonâncias sociais, incorporando-as a narrativas vivas capazes de articular memória, equidade e direito à cidade no presente.

Referências

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne M. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 20, p. 10-32, dez. 2006.



GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. (Orgs) LIMA FILHO M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. Blumenau: Nova Letra, 2007

FRIEDMANN. E. **Levantamento Cadastral de Anápolis**. Guia Prático da Cidade de Anápolis, 1955, p. 194.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MEDEIROS, Wilton de Araujo; VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. PATRIMÔNIO E FORMA URBANA: Uma análise prévia sobre Patrimônio Industrial em Anápolis/GO. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 9, n. 33, p. 350-371, 4 jul. 2025.

MUSEU HISTÓRICO DE ANAPOLIS – ALDERICO BORGES DE CARVALHO. **Acervo Iconográfico**. Museu Histórico de Anápolis: 2025.

SILVA, Regina Ferreira da; FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. **Caracterização de vila inserida no contexto urbano**. Revista Espaço e Geografia, v. 11, n. 22, 2011.

Vila Nossa Senhora da Conceição (ex-Vila Góis). **Revista Cinquentária**, Editora Conduar Ltda, 1957, 56p.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. **As representações sociais do progresso: uma perspectiva a partir da chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO**. 2015. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. 136fls.